

PARABOLICAS

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Nº 20 - ANO 3 - JULHO DE 1996



**ÍNDIOS DE PRONTIDÃO:
OITO TERRAS RETIDAS NA
PENEIRA DO
DECRETO 1775**

**MADEIREIRAS
MALAIAS
INVADEM A
AMAZÔNIA**

**EMPRESA
DOS EUA
PATENTEIA
A AYAUASCA**

**AFINAL, O
QUE FAZ A
COMUNIDADE
SOLIDÁRIA?**

2 CPT luta por redução de Área Indígena no Pará
Cartas

3 Decreto 1.775 ainda reserva surpresas

4 Madeiras malaias invadem a Amazônia

Ibama fecha os olhos para manejo irregular

6 Alta Costura Patenteamento da Ayauasca revolta índios no Equador

7 Empresa vende cultura de células de índios

8 Comunidade Solidária: muito falada, mas pouco conhecida

9 Ecossistemas ganham defesa especial, em SP
Coluna *Ponto Doc*

10 Audiência pública reprova fábrica de papel no Maranhão

11 Saúde na Amazônia muda pouco desde Carlos Chagas

12 Leonardo Boff e a teologia da Natureza
Agenda

FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO 22/07/96

Os artigos assinados não traduzem, necessariamente, a opinião do Instituto

CPT PEDE REDUÇÃO DA ÁREA APYTEREWA NO PARÁ

A Comissão Pastoral da Terra de Tucumã, no Pará, ligada à Igreja Católica, solicitou a redução da Terra Indígena Apyterewa em cerca de 40% de sua extensão original, em cartas enviadas a Raul Jungmann, ministro de Política Fundiária, e a Júlio Gaiger, presidente da Funai, no fim de junho. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucumã, a Associação Comercial e a Associação Ruralista locais e um vereador do município também assinam a correspondência. A redução atenderia aos interesses dos posseiros que foram assentados na área, e também aos da Madeira Peracchi, que detém títulos de propriedade (nulos) incidentes sobre a mesma. A CPT reivindica ainda a retirada dos garimpeiros, que também ocupam ilegalmente a área, e a recuperação da estrada Morada do Sol, aberta pelas madeiras quando iniciaram a extração predatória do mogno na região. O bispo de Altamira, d. Erwin Krautler, a cuja jurisdição Tucumã pertence, não chegou a tomar conhecimento do documento, que condena.

A Terra Indígena Apyterewa é uma das oito que têm seus processos demarcatórios sujeitos a novas diligências por parte da Funai [vide matéria ao lado].

Tudo indica que seus limites serão modificados a sudeste, subtraindo uma fração da área para o projeto de assentamento de posseiros, em trecho desmatado por invasões anteriores.

Delimitada por portaria ministerial de 1992, até hoje a área não teve sua demarcação física concluída. Na época, havia empresas madeireiras e um foco de garimpo instalados dentro dos limites estabelecidos. Posteriormente, estas madeiras, associadas a grileiros de Tucumã, passaram a incentivar a invasão da área, vendendo lotes ilegalmente, pagos com o comércio da madeira de lei retirada dos próprios lotes. O objetivo era este mesmo: criar um problema social de difícil solução para inviabilizar a demarcação da área. Consta que, na sua extremidade sudeste, há hoje mais de três mil famílias instaladas.

As manifestações que vêm ocorrendo não expressam qualquer preocupação com uma solução razoável para os índios e para a preservação do meio ambiente, voltando-se para uma lógica de loteamento de grande parte da terra indígena. O que espanta é que movimentos de caráter popular, como a CPT, atuem como se fizessem parte da violenta elite local. ☐



CARTAS

GUIANA-VENEZUELA

Um laudo do antropólogo venezuelano Daniel de Barandiarán, usado pelo governo de Roraima para contestar a Terra Indígena Raposa Serra do Sol (...) sugere que o Brasil não deve demarcar a área, para não por em risco "uma eventual ampliação territorial futura". Mais ainda: convida o governo brasileiro a juntar-se à Venezuela na conquista da porção ocidental da Guiana, equivalente a dois terços do seu território. (*Parabólicas*, maio/96)

Fiquei perplexa com o conteúdo da notícia intitulada "Guerra Alheia", na coluna "Pérolas do Decreto". Daniel de Barandiarán não é antropólogo e, provavelmente, nem venezuelano apesar de viver na Venezuela desde pelo menos 1958. Foi irmão da congregação belga Hermanitos del Evangelio e missionário entre os índios Ye'kuana e Sanuma. Em 1969, abandonou seu trabalho missionário para converter-se em especialista em geopolítica, fronteiras e indigenismo, porque "em terra de cegos, quem tem um olho é rei", trabalhando como consultor para nosso Ministério de Re-

lações Exteriores. Apesar de provavelmente já estar aposentado, parece que continua "assessorando" o ministério. O senhor Barandiarán é conhecido por sua posição nitidamente antiindígena, mas jamais havia demonstrado qualquer inclinação pró-brasileira, uma vez que os diplomatas do ministério temem o chamado "expansionismo brasileiro". Isto que vocês chamam de laudo de Daniel de Barandiarán é o mais bizarro que li desde 1969. Será uma involução?

Nelly Arvelo Jimenez
Caracas, Venezuela

INTERNET

Gostaria de receber informações sobre o possível acesso ao *Parabólicas* via Internet, se for o caso. Se não, como proceder para assiná-lo?

Rodrigo Matta Machado,
Instituto de Ciências Biológicas/UFMG
Belo Horizonte, MG

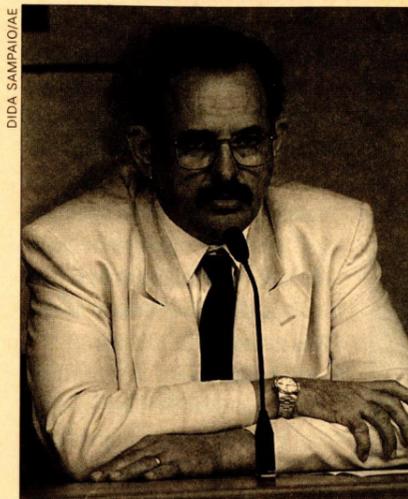
Rodrigo, estamos estudando a criação de uma home page do Instituto Socioambiental na Internet, que incluiria material extraído do *Parabólicas*. Por enquanto, estamos colocando seu nome no nosso cadastro para que você passe a receber o boletim.

ESCREVA PARA O INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - PARABÓLICAS - SEÇÃO CARTAS
AV. HIGIENÓPOLIS, 901 CEP 01238-001 SÃO PAULO - SP - BRASIL

CONTRADIZENDO AS EXPECTATIVAS

MÁRCIO SANTILLI

Ministro Jobim manda rever oito demarcações, mas não regulariza terras com contestações rejeitadas



O ministro Nelson Jobim.

Acabou o prazo estabelecido pelo decreto 1.775 para que o ministro da Justiça decidisse sobre as demarcações que foram objeto de contestações. Nelson Jobim determinou, em 10 de julho, que a Funai "realize novas diligências", num prazo de 90 dias, acerca de oito terras indígenas em processo de demarcação. São elas: Raposa-Serra do Sol (RR), Sete Cerros (MS), Évare I (AM), Seruini-Mariênê (AM), Krikati

(MA), Kampa do Rio Envira (AC), Baú (PA) e Apyterewa (PA). Novas análises poderão significar reduções destas terras, ou não.

Segundo dados da Funai, 42 terras tiveram seus limites contestados. Portanto, destas, 34 estão liberadas para que suas demarcações sejam concluídas, assim como as outras 114 terras que não foram contestadas, ou tiveram suas contestações retiradas ou desconsideradas pela Funai.

Junto com os pareceres do ministro, esperava-se a publicação de portarias declaratórias (do ministro) e de decretos homologatórios (do presidente da República) relativos às terras contestadas, fundamentais para a continuidade das demarcações. Como eles não saíram [até o fechamento desta edição], jogou-se por terra a virtude do 1.775: estabelecer um prazo que evitava protelar as demarcações. Apesar disso, ainda se espera a publicação das portarias e decretos para os próximos dias.

Na maior parte dos casos em que o ministro não acolheu as contestações, foi estabelecido um prazo de 120 dias para que os interessados reclamem indenizações por benfeitorias de boa-fé. O mérito destas reivindicações será analisado posteriormente pela Funai.

A maioria das demarcações em curso está virtualmente consolidada. Antigas pendências foram resolvidas, como a da Terra Indígena do Alto Rio Negro. Seus limites acabam de ser reconhecidos oficialmente, após anos de espera. Porém, as demarcações estão paralisadas há um ano e meio, desde que o ministro começou a questionar os procedimentos demarcatórios. Além disso, ainda há riscos de retrocessos nos oito casos mencionados.

O decreto 1.775 diz que as decisões ministeriais deveriam ser fundamentadas. No caso das oito terras, isto não ocorreu. O ministro devolveu os processos à Funai, alegando a necessidade de complementação de dados.

O período dos próximos 90 dias é crítico. Serão necessárias manifestações junto à Presidência da República e ao Ministério da Justiça pela preservação da integridade dos territórios indígenas, por uma rápida decisão sobre as oito terras pendentes e pela imediata publicação dos decretos e portarias que deveriam ter sido encaminhadas concomitantemente às decisões. Além disso, é fundamental implementar a demarcação física das terras que não foram atingidas pelo processo de contraditório retroativo. ☐

Cada uma das oito terras tem uma situação particular. Informações extra-oficiais indicam o seguinte:

O ministro Jobim pretende visitar a Terra Indígena Raposa/Serra do Sol - área de conflitos com processo fartamente documentado - antes de se manifestar. O governo poderá alterar os limites já identificados, para viabilizar a expansão da vila de Normandia, encravada na área.

No caso de Sete Cerros, trata-se de demarcação já homologada e de terra reocupada por índios Kaiowá. Região com altos índices de suicídios, a AI Sete Cerros suscitou no Supremo Tribunal Federal a polêmica jurídica que originou o decreto 1.775, para dar lugar ao contraditório. Ao que parece, o governo não pretende rever os limites da Área, apenas complementar a fundamentação antropológica do processo.

Évare I é terra Ticuna homologada. Foi contestada por índios Kokama que ali vivem e que reivindicam a demarcação de uma área própria. Pode ser o caso, assim, de atribuir-lhes também direitos sobre a terra. Assim, a Área pode até ser dividida, mas, em princípio, não deverá ser reduzida.

Seruini-Mariênê, ao que parece, também é caso de complementação de documentação e não de alteração de limites. Sua demarcação deve iniciar imediatamente, de forma conjunta com outras terras indígenas contíguas, no contexto do PPG-7.

A Terra Krikati já teve demarcação física iniciada pelo Serviço Geográfico do Exér-

cito e paralisada por ação direta de regionais. A Funai pretende rever os limites anteriores e promover algumas reduções da área. Ela afirma que já tem acordo com os Krikati e o governo do Maranhão em torno dos novos limites a serem demarcados. Foi assinada uma portaria interministerial criando um grupo de trabalho para que os ocupantes não-indígenas da área sejam retirados até 31 de dezembro e para a demarcação, após a elaboração de um levantamento fundiário e de um plano de reassentamento, e a discussão dos limites da área indígena com a comunidade Krikati.

Baú é uma das terras Kayapó, parte de um polígono de terras contínuas, onde há posseiros e garimpeiros. Foi inicialmente identificada em menor extensão e depois ampliada para assegurar contiguidade com as demais vizinhas. Não se sabe se a sua inclusão nesta categoria tem por meta redução de área.

A Terra Kampa do Rio Envira também foi ampliada, só que para incorporar área contígua ocupada por índios isolados. Ao que parece, a Funai pretende demarcar esta terra na extensão anteriormente identificada e promover a identificação ou interdição do restante da Área com vistas a constituir o perímetro de uma nova terra. Não se sabe se isto implicará em redução na extensão da terra.

Sobre a Terra Apyterewa veja matéria ao lado.

Madeiras da Malásia descobrem a floresta amazônica.

Agora, é hora de dar um olhar atento no que elas fizeram em seu próprio país.

Há prognósticos de que a América Latina responderá por 63% do mercado internacional de madeiras tropicais, a partir de 2020. Os asiáticos, parece, já sabem disso. Primeiro, estabeleceram-se na Guiana e no Suriname. Cerca de 80% das chamadas florestas estaduais da Guiana foram concedidas para exploração madeireira. O Brasil, que já responde por 30% de toda a madeira tropical do mundo, é o mais novo alvo das madeiras asiáticas.

Para antever a ação dos malaios na Amazônia, é interessante ver como se comportam em seu próprio país. O modelo de desenvolvimento malaio assemelha-se ao adotado pelo governo brasileiro. Florestas são derrubadas para dar lugar a diferentes formas de uso da terra, pois acredita-se que assim gerarão mais renda. Na Amazônia, florestas dão lugar a pastagens que abrigam em média 0,5 cabeça de gado por hectare, enquanto na Malásia elas dão lugar à cultura intensiva da borracha e do dendê. Existem também extensas plantações de arroz, pimenta, chá e frutas que, adicionados ao setor madeireiro, são responsáveis por mais de 20% do PNB do País. Se, por um lado, o impacto ecológico da derrubada das florestas malaias parece irreversível, pelo menos ele está contribuindo para a geração de renda, empregos e impostos. Já no caso amazônico, os benefícios sociais e econômicos gerados pela transformação das florestas em pastagens contribuíram apenas para perpetuar a concentração de terra e renda na região.

Em 1973, o *Journal of Political Economy* publicou um "exercício" de rentabilidade financeira, que analisava a lucratividade do manejo sustentável da população de baleias azuis. A conclusão: o mais

rentável seria aniquilar a espécie para, com os lucros, investir no mercado. No Brasil, este tipo de raciocínio já vem sendo praticado pelos madeireiros, desde os tempos da implantação das primeiras

serras, serras são sistematicamente deflorestadas, graças a cabos aéreos e estradas. A consequência imediata deste tipo de atividade florestal é a erosão dos topos dos morros e o colapso de todas as ba-

pelos estradas florestais e estabelecerão pequenas roças (geralmente financiados por um grande pecuarista) de baixíssima produtividade. No médio prazo, estas propriedades serão finalmente "vendidas" a um grande fazendeiro (o financiador), e novas frentes agropecuárias serão mais uma vez estabelecidas na Amazônia.

Além disso, as empresas malaias provavelmente comprarão empresas que já operam na Amazônia, e terão que assumir a responsabilidade de dar continuidade aos projetos de "manejo florestal" já implantados e exigidos pelo Ibama. Desta forma quando for necessária a apuração de responsabilidades sobre a má execução de um determinado plano de manejo, a melhor desculpa certamente será que eles não sabiam deste problema quando compraram a empresa ou que seus técnicos não estavam a par das exigências do setor florestal brasileiro. Nesse caso, como serão apuradas as responsabilidades das empresas estrangeiras? Quem vai pagar? A resposta, infelizmente, será dada pelas gerações futuras.

Os modelos de desenvolvimento econômico do Brasil e da Malásia são distintos. Porém, os aspectos ambientais e climáticos são semelhantes. A questão é: que lições o Brasil poderia tirar, tendo como base a experiência malaia? Talvez a resposta esteja em se perceber que as florestas são, na verdade, um bem sócio-econômico, sujeito, portanto, às leis de oferta e demanda. É necessário dar prioridade ao princípio do uso sustentável dos recursos florestais. Se, do contrário, a maximização dos lucros for prioridade, os interesses imediatistas de poucos prevalecerão sobre as reais necessidades de racionalização dos recursos naturais. ☐



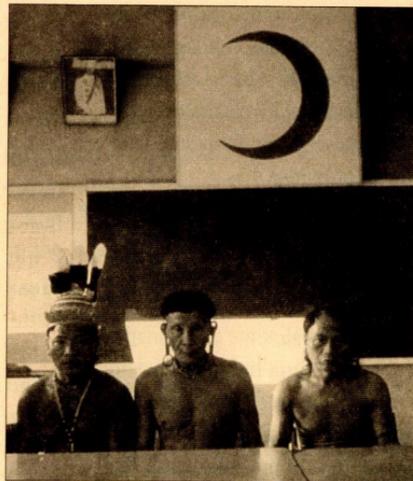
Nativos malaios (abaixo) uniram-se para denunciar a ação das madeiras na região de Sabah.

serrarias no eixo da recém-construída Belém-Brasília. O mogno vem sendo sistematicamente explorado sem reposição e os lucros investidos no mercado financeiro do sul do país.

E, na Malásia, o que aconteceu? A exploração florestal no Sudeste Asiático é extensiva e intensiva, se considerarmos que são extraídos até 300 m³/ha de madeira em tora, quase exclusivamente de uma só família botânica, as Dipterocarpaceae. Comparados ao modelo exploratório brasileiro, onde são extraídos, no máximo, 45m³ de madeira em tora em Paragominas, no Pará, região conhecida como a "Serra Pelada" da madeira. Ao contrário do Brasil, onde as áreas de topografia acidentada geralmente atuam como agente de proteção ambiental, devido ao alto custo e a dificuldade de exploração florestal, na Malá-

cias e micro-bacias hidrográficas da área explorada.

Considerando que estas empresas deverão desembarcar no Brasil em breve, a alta produtividade e intensidade de exploração praticada em seus países de origem, se aplicada na Amazônia, poderá causar impactos ambientais sem precedentes. O mais provável é que a história se repetirá. No curto prazo, após a exploração das florestas, posseiros se deslocarão



AMIGOS DA TERRA

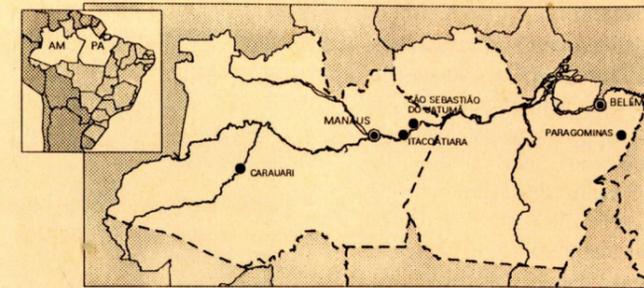
MADEIREIRAS ASIÁTICAS JÁ DOMINAM UM SERGIPE

Quando se trata de madeiras asiáticas em ação na Amazônia, ninguém sabe, ninguém viu, mas todos ouviram dizer. Empresas malaias já compraram mais de 1,5 milhão de hectares no Amazonas, área pouco inferior à do Estado de Sergipe, com a benção do governador Amazonino Mendes. Entretanto, oficialmente, sabe-se muito pouco.

Dados levantados pela ONG Conservation International dão conta de que a madeireira malaia WTK comprou 1,2 milhões de hectares em Carauari, enquanto sua conterrânea Sam Ling adquiriu 50 mil ha em Itacoatiara e 210 mil ha em São Sebastião do Uatumã. No entanto, os cartórios da região não mostram esta movimentação de títulos. Segundo Gustavo Fonseca, diretor da CI, estas terras provavelmente continuam sob o domínio legal dos proprietários originais.

"As pessoas acham que nós chegaremos, compraremos a Amazônia e cortaremos tudo", declarou recentemente Tu Tuang Hing, representante da WTK em Manaus. "Isso não é verdade. Só compramos madeira de companhias que têm políticas de exploração sustentável." Gustavo Fonseca explica que não é bem assim. Ele diz que a preocupação com a chegada de tais companhias, em particular, pode ser justificada por sua própria história, que envolve problemas de todo tipo, incluindo a degradação de culturas locais, corrupção, baixa internalização do capital gerado, além da voracidade com que exploram florestas tropicais. "Elas não expõem a sua estrutura cooperativa, de forma que é difícil traçar os meios com que contaminam e controlam os sistemas locais de produção de madeira para benefício próprio", afirma.

A Conservation International tem acompanhado os passos das madeiras malaias na América Latina há anos. Um levantamento da entidade indica que a *joint-venture* coreana-malaia Barama conseguiu uma concessão de 1,69 milhão de ha na Guiana em 1991. A concessão de outros 4 milhões de ha no sul do país já está em estudo. No Suriname,



duas subsidiárias de uma empresa madeireira da Indonésia adotaram 67 nomes diferentes para driblar os limites de áreas exploráveis impostos pela legislação.

Não é à toa que, depois da Guiana e do Suriname, os malaios preferam o Brasil. Além da abundância e da qualidade da madeira e do controle deficiente devido às dimensões territoriais envolvidas, a mão-de-obra barata é um grande atrativo. Um madeireiro no Acre não ganha mais de 150 reais mensais - pelo menos dez vezes menos que seu colega na Guiana Francesa, onde os asiáticos têm resistido a se instalar. O Ibama do Amazonas calcula que a produção de madeira no Estado terá de aumentar cinco vezes para atender à demanda das empresas malaias e coreanas e das 100 madeiras que se deslocaram de Paragominas (PA) para Itacoatiara (AM), para aproveitar a estrutura portuária que está sendo criada ali. Tal quadro tem interessado a Secretaria de Assuntos Estratégicos, que acompanha a questão de perto. A preocupação também chegou à Câmara Federal. O presidente da Comissão de Meio Ambiente e Minorias, dep. Gilney Viana (PT-MT), pediu a criação de uma comissão para investigar o assunto. O mais provável é que ela saia até agosto. ☐

MANEJO DE MENTIRINHA

A ONG Amigos da Terra acaba de terminar um estudo inédito que avalia os critérios e a forma como o Ibama tem atestado a qualidade ambiental dos projetos de manejo de florestas para corte de madeira na Amazônia. As conclusões são de amargar. A maioria das empresas analisadas costumam "esquentar" madeira extraída ilegalmente e os serviços de inspeção do Ibama não atendem às mais mínimas exigências. Segundo o relatório, as missões de avaliação do órgão federal são muitas vezes incapazes de atingir áreas críticas, por absoluta falta de meios de transporte ou tempo. Num prazo de duas semanas, as equipes fazem até dez viagens de inspeção, e, em alguns casos, as áreas a ser visitadas estão a muitos dias de viagem. Resultado: muitas vezes os técnicos só podem contar com informações prestadas pelos próprios empresários. Assim, não fica difícil declarar como sendo de procedência conhecida e controlada toras extraídas de áreas indígenas, unidades de conservação e terras invadidas, que são legalizadas pela chancela do Ibama. O diretor de Recursos Naturais e Renováveis do Ibama, Paulo Benincá, diz que o problema foi identificado e que o órgão está se reestruturando para resolvê-lo. "Dobramos o número de engenheiros envolvidos na fiscalização da exploração madeireira", afirma Benincá. "Também convidamos cientistas de fora da instituição a alertar-nos sobre as falhas no licenciamento e aumentamos o prazo para realização de vistorias". Foram avaliados os planos de manejo de 15 empresas inspecionadas no fim de 1994. "Baseado na análise dos relatórios, ficou claro que 12 delas utilizam planos de manejo de forma ilegal", afirma o estudo da Amigos da Terra. As três empresas restantes apresentaram dados insuficientes

para uma avaliação mais concreta, embora pareça claro que elas praticam algum tipo de manejo. A Serraria Marajoara (Semasa), uma das empresas analisadas, produz seis vezes mais do que a capacidade de produção média da região onde está instalada, nas margens do rio Cajari, no Pará. Se o plano de manejo aprovado previa 8,08 m³ de mogno derrubados por hectare - quase o dobro do razoável, segundo cálculos da ONG -, a empresa retirou 30 m³/ha. Mesmo assim, o Ibama autorizou a continuidade do projeto. Outra madeireira paraense, a Peracchi, instalada em São Félix do Xingu, teve suas três áreas apenas sobrevoadas pelos técnicos do Ibama, que pegaram carona num avião da própria empresa. Outro projeto, tocado pela Companhia de Madeiras do Pará, não foi inspecionado simplesmente porque ninguém, nem mesmo o chefe do Ibama em Altamira, sabia onde ele estava estabelecido. Também foram identificadas irregularidades na base militar da Serra do Cachimbo, na fronteira do Mato Grosso com o Pará. Entre maio e agosto do ano passado, foram registrados dezenas de casos de posse ilegal de madeira (mogno, cedro e ipê), armas, motosserras e tratores. Em Rondônia, após uma missão de três semanas, na região de Guaporé, três funcionários do Ibama mandaram um relatório para Brasília, pedindo que fossem "submetidos a um teste de sanidade mental", uma vez que suas contínuas denúncias sobre as atividades ilegais na área não eram levadas a sério. Eles denunciaram que o pessoal do Ibama e da Funai na região recebia suborno de até US\$ 40 mil em suas visitas de inspeção. No fim de 1995, com a mudança da Presidência da Funai, os funcionários envolvidos em atividades ilegais foram destituídos.



Uma empresa norte-americana com sede na Califórnia patenteou a ayahuasca, planta sagrada que os indígenas equatorianos usam tradicionalmente em seus rituais religiosos. O Conselho de Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica declarou o proprietário da International Plant Medicine Corporation, Loren Miller, "inimigo dos povos indígenas dos nove países da bacia amazônica". Segundo Valerio Greffa, líder indígena equatoriano, uma verdadeira guerra de preços poderá confrontar as comunidades que detêm os segredos da ayahuasca, utilizada no Brasil pela seita do Santo Daime.

Esta não é a primeira vez que Miller tenta se apropriar dos conhecimentos dos índios. Ano passado, não conseguiu filmar a comunidade dos Tagaeri, formada de 60 indivíduos avessos ao contato com os brancos. Miller pretendia se aproximar deles acompanhado de um grupo de "cientistas" e de militares, para vender o documentário à rede de TV CNN, que acabou desistindo do projeto diante das críticas dos índios.

Miller conseguiu patentear em seu país a "banisteriopsis caapi", cujo poder, segundo um dos dirigentes da comunidade indígena cofã, José Quenama, é suficiente para "transportar um homem a terrenos desconhecidos, converter um sábio num animal, torná-lo invisível e capaz de decifrar os segredos do futuro". A atitude do empresário despertou a revolta dos líderes indígenas: Valerio Greffa afirmou tratar-se de "um insulto às 400 culturas que coexistem na bacia amazônica" e o acusou de dirigir uma empresa de "biopirataria". "O que diriam católicos e judeus se os índios decidissem patentear a hóstia, o vinho e o processo kosher de purificação de alimentos?", rebateu.

José Quenama, por sua vez, sustentou que, como todo índio, seus "pais, avós e tataravós consumiam a ayahuasca desde a infância" – o que lhes garante tradição no uso da planta. Ele disse estar preocupado com o fato de o chá sagrado ter agora "donos que não conhecem seus poderes". De acordo com um convênio de propriedade intelectual firmado em 1993 entre Equador e EUA, como a planta foi patenteada, não poderá ser usada durante duas décadas sem autorização da International Plant.

Em represália, os índios proibiram o trânsito de Miller por aldeias indígenas. Em nome da Coordenação, Greffa encaminhou comunicado ao presidente Bill Clinton solicitando revisão da concessão de patente.

Uma das consequências mais graves do patenteamento da ayahuasca é a guerra de preços que ameaça dividir as comunidades indígenas. Elas podem cair na tentação de querer negociar seus conhecimentos em troca de "presentes de pouco valor", avalia Joseph Voguel, consultor do Programa do BID-Conade, cujo objetivo é converter os conhecimentos tradicionais dos índios em segredos comerciais. Na sua opinião, "muitos países amazônicos provavelmente têm a mesma espécie e também sofreriam a mesma pressão para facilitar o acesso legal à matéria-prima".

Segundo o consultor, a única maneira de frear a cobiça dos laboratórios ocidentais seria orientar as comunidades indígenas a não mais divulgarem seus conhecimentos. "Os etnólogos também precisam colaborar, deixando de tornar público o que já sabem", disse. Só assim seria possível evitar que empresas dos Estados Unidos – país que não é signatário da Convenção sobre a Biodiversidade e, portanto, não precisa do consentimento da União e das comunidades indígenas para patentear uma espécie – continuem tendo acesso ao que é de conhecimento público.

Voguel ainda informou que, se o conhecimento tradicional dos índios tivesse o status de "segredo comercial", as comunidades da bacia amazônica poderiam pleitear uma indenização na Justiça. ☐

que abastecerá a unidade de fabricação de xaropes da empresa em Manaus. O projeto prevê investimentos de US\$ 10 milhões até 1997 e visa reduzir a dependência das importações. O guaraná tem um teor de cafeína de 3% a 4% maior do que o do café.

• **Família em crescimento** - Um sagüi do tamanho de um esquilo, identificado na Amazônia, é a sexta espécie de macaco descoberta no Brasil desde 1990. Ele recebeu o nome de *Callithrix saterei*, ou satere, em homenagem à tribo de mesmo nome. A informação é do primatologista Russell Mittermeier, presidente da Conservation International.

• **Impeachment, sabor cupuaçu** - O governador Orleir Cameli, do Acre, está com seu mandato por um fio. O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, está estudando a possibilidade de decretar intervenção federal no Estado, baseado em acusações de homicídios e execuções patrocinados por grupos de extermínio ligados aos órgãos de segurança do governo estadual. Cameli já tinha seu nome envolvido em denúncias de exploração ilegal de madeira, sonegação fiscal, invasão de terras indígenas, promoção do trabalho escravo, contrabando e desvio de dinheiro público. Na lista, só não tem crime passional.

• **Guerra verde** - A Executiva Nacional do Partido Verde ameaçou intervir no diretório regional do Amazonas se os dirigentes locais não retirarem seu apoio à candidatura do ex-governador Gilberto Mestrinho, malquisto por dez em cada dez ecologistas, à Prefeitura de Manaus.

• **Bonzinhos** - As federações paraenses do Comércio, Agricultura e Indústria, às quais estão vinculadas madeiras useiras e vezeiras na extração ilegal de madeira das terras indígenas, publicaram um inesperado manifesto no Correio Braziliense. Elas condenam os sem-terra, "grupos que inflam e praticam a violência mesmo em áreas indígenas". Surpreendentes defensores dos índios, estes.

• **Sem precedentes** - O ex-governador de Rondônia, Oswaldo Piana Filho, e o secretário de Planejamento de sua gestão, William José Cury, foram condenados pelo Tribunal de Contas da União, no dia 28/6, a devolver aos cofres públicos US\$ 1,5 milhão desviados do programa Planaflo, que deveriam ter sido empregados em áreas indígenas, unidades de conservação e apoio a pequenos produtores de cacau. Este caso é único, sobretudo porque a própria direção do Banco Mundial, que patrocinou o Planaflo, julgou em janeiro que as acusações de irregularidade na administração dos recursos não era procedente.

• **Pneu sustentável** - A senadora Marina Silva (PT-AC) e representantes do Conselho Nacional dos Seringueiros e da Amigos da Terra encontraram-se, em São Paulo, com o presidente da Pirelli, Giorgio della Seta. Do encontro saiu a proposta de se criar uma comissão técnica conjunta para viabilizar o emprego da borracha nativa da Amazônia pela indústria.

• **Tiro n'água** - Apesar das operações tocadas nos últimos dois anos pelo Exército e o Ibama para a retirada de garimpeiros de ouro do Parque Nacional do Pico da Neblina (AM), na fronteira com a Venezuela, tudo continua como antes. No fim de novembro, 80 militares e 20 fiscais do Ibama desembarcaram na área, dispostos a prender quem encontrassem pela frente. Hoje, há pelo menos oito balsas de garimpo a todo vapor na região.

• **Represa não** - Um consórcio formado pelas empreiteiras CBPO, do Brasil, e ABB Asea Brown Boveri, da Suécia, tocará as obras da hidrelétrica de Bakun, na ilha de Sarawak, na Malásia. O polêmico projeto, que tem mobilizado os ambientalistas locais, deverá deslocar 10 mil pessoas e afetar 70 mil m² de florestas nativas e reservas indígenas.

• **Coca tropical** - A Coca-Cola vai construir no Amazonas uma fábrica para extrair cafeína do guaraná,

Empresa comercializa culturas de células dos índios Karitiana e Suruí, de Rondônia

A feira paralela ao congresso da Associação Norte-Americana de Antropólogos Físicos, realizado na Carolina do Norte, em abril, apresentou um stand que chamava a atenção. Era de uma empresa especializada na venda de culturas de tecido humano estabelecidas a partir de células sanguíneas. Muito atenciosa, a recepcionista informava que o acervo de "diversidade humana" havia sido estabelecido com material coletado em 15 diferentes populações. Seu catálogo pode ser acessado até via computador (telnet coriell.umdnj.edu login online). Ela também explicava que a empresa não teria fins lucrativos e que estaria interessada em expandir seu banco de culturas. Entre as opções disponíveis encontra-se material de dois grupos indígenas da Amazônia brasileira - os Karitiana e os Suruí, de Rondônia.



Índia Suruí: integrante do catálogo de empresa norte-americana. Foto: Beto Ricardo/ISA

A genética das populações indígenas amazônicas está entre as mais bem estudadas do mundo. Até recentemente, as pesquisas baseavam-se sobretudo na análise da frequência de marcadores sanguíneos. Delas não se esperava tirar produtos comercializáveis. Seus resultados eram eminentemente acadêmicos. Mas os tempos mudaram. Os avanços técnicos permitiram aos geneticistas mudar o enfoque de suas análises, que agora residem cada vez mais no estudo do próprio material genético, o chamado DNA. As análises genéticas contemporâneas permitem identificar genes que podem vir a ser patenteados em certos países e levar a lucros de milhões de dólares. Claro que a identificação de um gene de valor comercial é menos regra que exceção. Mas as exceções podem valer muito. Um artigo recente da revista *Nature* (2/5/96) menciona que no ano passado foi vendido nos Estados Unidos o direito de exploração comercial de um gene relacionado com a obesidade por US\$ 70 milhões.

A "imortalização" de linhagens celulares por meio de cultura *in vitro* é procedimento comum em laboratórios de pesquisa biomédica que, a princípio, não visa ao patenteamento. Não foi a existência de culturas em si que chamou nossa atenção, mas sim sua comercialização. Será que houve consentimento dos doadores para a comercialização das culturas, bem como anuência dos órgãos governamentais competentes (Funai, CNPq, etc.)? Uma vez disponíveis comercialmente, qualquer um pode ter acesso às culturas e quem passa a ditar o que se pode fazer com o material já não é mais aquele que o coletou originalmente, mas sim o pesquisador ou a empresa que o compra. Será cada vez mais complicado garantir uma compensação para o indivíduo ou a comunidade que "doou" o material.

É importante deixar claro que esta discussão não é novidade. Veja-se, por exemplo, a polêmica que envolve a identificação de substâncias com potencial farmacológico a partir de pes-

quisas etnobotânicas. A questão do patenteamento de genes é, porém, ainda mais delicada, já que o produto patentado remete, diretamente, ao corpo de um indivíduo.

Ainda que a identificação e o patenteamento de genes não se restrinjam às populações indígenas, estas são de especial interesse para a assim chamada "prospecção de genes". Isto porque elas geralmente são geograficamente delimitadas e seus membros compartilham uma história biológica em comum. Elas normalmente descendem de um pequeno número de fundadores, sendo, portanto, geneticamente mais homogêneas.

Não se deve embriagar com um discurso xenofobo e atribuir a possibilidade de exploração econômica de recursos genéticos humanos somente a pesquisas conduzidas por estrangeiros.

Um laboratório nacional - e existe tecnologia para tanto - pode "descobrir" e vir a patentear um gene de interesse econômico.

O artigo já citado da *Nature* descreve o seguinte cenário hipotético: "um grupo de indivíduos concorda em prover amostras de sangue para pesquisadores. Na ocasião, os termos do contrato são informais. Os índios aceitam algum material biomédico e ajuda na construção da escola local. Três anos depois, os direitos para exploração de material genético identificado a partir das amostras são vendidos pelos pesquisadores para uma grande companhia farmacêutica por, digamos, US\$ 20 milhões".

Esperamos que a discussão acerca da ética e dos desdobramentos da pesquisa biomédica e genética entre as populações indígenas amadureça no Brasil, para não sermos apanhados de surpresa. Tal debate é essencial para que não se chegue a soluções extremadas como, por exemplo, a paralisação de investigações biomédicas, o que já se observa em certos países. ☐

Ricardo V. Santos é professor do Museu Nacional, UFRJ. Carlos Coimbra Jr. é pesquisador titular da Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz.

CORIELL CELL REPOSITORIES
NIGMS HUMAN GENETIC MUTANT CELL REPOSITORY

HUMAN DIVERSITY COLLECTION
A RESOURCE OF LYMPHBLAST CELL CULTURES AND DNA SAMPLES

NORTH AMERICAN INDIANS: Cheyenne - Western Colorado Jemez Pueblo - New Mexico near Albuquerque	MIDDLE EASTERN: Druze - Galilee
CENTRAL AMERICAN INDIANS: Mayan - Campeche State of the Yucatan	AFRICAN PYGMIES: Baka - Bagandu in the southwest corner of the Central African Republic Mbuti - Ituri Forest in northeast Zaire
SOUTH AMERICAN INDIANS: Karitiana - Rondonia Province of Brazil Suruí - Rondonia Province of Brazil Woroni - Aua Indian from Ecuador Quechua - South Central Andes of Peru; collected in Lima	ASIAN: Ami - eastern Taiwan Atayal - eastern Taiwan Southern Chinese - collected in San Francisco Bay area Japanese - collected in San Francisco Bay area
EUROPEAN: Adygei - Krasnodar Province in southeast European Russia	SOUTHEAST ASIAN: Khmer - Cambodia; collected in California Melanesian - Bougainville in the Solomon Islands

COMUNIDADE SOLIDÁRIA. AFINAL, O QUE ELA FAZ?

JULIANA SANTILLI

Apesar da polêmica, o programa social do governo FHC avança aos poucos na redução da mortalidade infantil e na formação de menores de rua

As críticas à inércia do governo na área social têm sido o pano de fundo das desconfiças em relação ao Comunidade Solidária (CS). Muito noticiado mas pouco conhecido, o programa se propõe a enfrentar a pobreza, a fome e a exclusão social através de "parcerias" com a sociedade civil. No plano governamental, selecionou os 1.111 municípios mais pobres do país para priorizar programas sociais.

Instrumento mais visível da política social do governo, o CS tem sido alvo de restrições de seus próprios integrantes (como do ministro Sérgio Motta, que já o considerou "masturbação sociológica") e da opinião pública, que desconfia da vontade política do governo FHC de promover mudanças sociais.

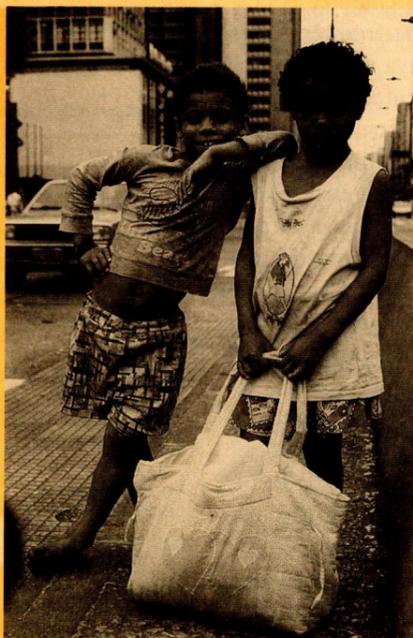
Por parte das ONGs, as resistências variam. Alguns propõem a sua extinção, como Silvio Caccia Brava (presidente da Abong, a associação de ONGs), para quem o CS "tornou-se cativo da lógica clientelista". Outros, como Jorge Eduardo Durão (ex-conselheiro do CS), criticam a ausência de uma estratégia de desenvolvimento social. Esta crítica é, inclusive, endossada por outros conselheiros, que entregaram a FHC em abril um documento criticando a subordinação da questão social à econômica, e o pouco peso político do Conselho do CS para propor prioridades na área social.

Neste mesmo documento, os conselheiros entendem que parte das críticas é inspirada "na concepção de que não se pode reconhecer como boa nenhuma iniciativa do inimigo político". Consideram ainda "inegável" que o programa melhorou a execução orçamentária de vários programas sociais: o número de crianças e gestantes atendidas pelo programa de combate à desnutrição materno-infantil passou de 500 mil em 94 para 900 mil em 95; o número de agentes comunitários de saúde subiu de 28 mil para 40 mil no mesmo período; passou-se de 100 dias de distribuição de merenda para 173, entre outros.

Além disso, o programa teria conseguido praticar critérios mais transparentes para os repasses de recursos, e o próprio Conselho seria um instrumento de maior controle social. O Conselho é composto por 10 ministros de Estado e 18 membros da sociedade civil (eram 21, mas um morreu: Ney Bittencourt, da Agroceres, e dois saíram por discordarem da política social do governo: Durão e Betinho).

O Conselho inclui desde artistas, passando por quadros de ONGs (convidados a título pessoal, e não como representantes de suas instituições), até religiosos e empresários. A instalação do Conselho visa ainda facilitar parcerias concretas com estes diversos setores. Abaixo, alguns exemplos. ☐

A Pastoral da Criança da CNBB - Atua, desde 87, no combate à mortalidade infantil, através do treinamento de líderes comunitários. Cerca de 55% dos municípios onde atua foram selecionados pelo CS. O programa apóia o trabalho através da articulação de recursos humanos, técnicos e financeiros (exemplo: intermediação junto à Fundação Banco do Brasil, para obtenção de recursos para cozinhas comunitárias e programas de informática.). No ano passado, 73,5% de seus recursos saíram dos ministérios da Saúde, Educação e Previdência. Houve uma redução na mortalidade infantil, no primeiro trimestre de 96 em relação ao mesmo período em 95, de 24,88% para 17,80%.



AGUIBERTO LIMA/AF

Universidade Solidária - Inspirado no Projeto Rondon dos anos 70, este programa levou, em janeiro e fevereiro, 951 estudantes e 99 professores universitários a 99 municípios da região Nordeste e do Vale do Jequitinhonha. O objetivo do programa, desenvolvido em parceria com o MEC e o Conselho de Reitores, é levar informações sobre saúde e educação para comunidades carentes. O projeto se repetirá em 97.

Cinema Solidário - É um projeto ainda em fase de gestação, concebido pelo cineasta Joel Barcellos, e que pretende levar clássicos do cinema brasileiro (como "Deus e o Diabo na Terra do Sol", de Glauber Rocha, e "Cabra Marcado para Morrer", de Eduardo Coutinho) para exibição nas regiões onde foram filmados. O projeto busca, com o apoio da CS e o empenho pessoal de Ruth Cardoso, interessados em financiá-lo.

Meninos e Adolescentes de Rua - Cada uma das revendedoras de automóveis do País contribui com R\$1,40 por carro vendido para os projetos sociais vencedores de concursos organizados pela CS. Estes são os termos do convênio assinado entre a Fenabrave (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores) e o Conselho da CS (através de uma associação). Em maio deste ano, por exemplo, 149 ONGs participaram de um concurso de projetos de profissionalização rápida para adolescentes de rua. Os vencedores (de 33 ONGs, do Rio e de São Paulo) receberão recursos do convênio. Entre os projetos selecionados, estão o "Sem Medo de Ser Feliz", apresentado pelo Isec (ONG carioca), que visa ensinar técnicas de artesanato a 24 adolescentes de rua, a fim de empregá-los na indústria do Carnaval. Seu orçamento é de R\$66.839,19.

Outro projeto aprovado é o de capacitação em técnicas de conservação de documentos, apresentado pelo "Se Essa Rua Fosse Minha" (criado por quatro ONGs: Fase, Ibase, Idac e Iser) e que visa treinar seis adolescentes, em parceria com o Arquivo Nacional. Seu orçamento total é de R\$10.718,40. O projeto é presidido por Betinho e coordenado por Regene Brito.

PROMOTORIAS FARÃO JUSTIÇA POR ECOSISTEMA

MARLEINE COHEN

Ações contra degradação ambiental já não se restringem à comarca

Inovação em São Paulo. Já estão funcionando as duas primeiras Promotorias de Justiça por Ecosistema do País - a da Mata Atlântica e a do Litoral Norte. Inauguradas na Semana do Meio Ambiente, durante ato presidido pelo procurador-geral da justiça de São Paulo, Luiz Antônio Guimarães Marrey, por ocasião da primeira visita do presidente do Supremo Tribunal Federal, Sepúlveda Pertence, à Mata Atlântica, elas representam "uma mudança radical no modelo de proteção ao meio ambiente adotado até hoje pelo Ministério Público brasileiro".

A primeira promotoria, com sede no município de Registro, abrange todo o Vale do Ribeira, coração da Mata Atlântica. Está sob a responsabilidade do promotor Marcelo Duarte Daneluzzi. A segunda, instalada em Caraguatuba e sob orientação de Elaine Taborda d'Ávila, engloba o litoral norte de Ubatuba a São Sebastião.

Segundo Antônio Herman Benjamin, procurador de justiça que coordena as Promotorias de Justiça do Meio Ambiente de São Paulo e idealizador do novo sistema, o conceito de Promotoria de Justiça por Ecosistema constitui uma "ruptura definitiva" com o que vinha sendo feito: "Antes, em cada comarca do Estado - são mais de 300 em São Paulo -, o Ministério Público contava com um promotor de Justiça que, além da proteção ambiental, também apreciava matérias criminais ou de família". Agora, "o promotor de justiça ficará *full time* na proteção do meio ambiente".

Vantagens: atos de agressão ambiental de maior repercussão e abrangência, como a contaminação por metais pesados ou o tráfico de espécies ameaçadas de extinção - que não se limitam a uma única comarca -, serão acolhidos pelas Promotorias por Ecosistema, "sempre que o tema exigir procedimentos em outras comarcas". "É como se uma promotoria tivesse a visão das árvores e a outra, por ecossistema, pudesse ver a floresta toda", compara o procurador. Ele afirmou também que, a partir de agora, vai ser possível avaliar a degradação da forma como ela se apresenta, "pois a poluição não respeita comarcas nem fronteiras entre municípios". A proposta será particularmente eficiente no combate à degradação praticada em rios que cruzam vários municípios: "Às vezes", explicou, "é proposta uma ação numa comarca e o degradador simplesmente atravessa o rio e muda de cidade".

Na opinião do procurador, a criação das Promotorias de Justiça por Ecosistema oferecerá maior visibilidade pública para quem tem como tarefa aplicar a legislação ambiental, além de permitir a unificação de procedimentos jurídicos.

Segundo ele, as denúncias de degradação ambiental ainda poderão ser encaminhadas às Promotorias de Justiça da cidade mais próxima do dano, e, quando envolverem o ecossistema como um todo, serão apreciadas pelas novas Promotorias. Ele também adiantou que está em maturação a criação de Promotorias de Justiça por Bacias Hidrográficas. A primeira, em caráter experimental, seria a do rio Piracicaba. Estuda-se ainda a implantação de uma Promotoria de Justiça da Biodiversidade. ☐

COLUNA P • O • N • T • O • D • O • C

RICARDO ARNT

O PAPEL DO PAPEL

Em dez anos, se a estabilização econômica der certo (e não morrermos na tentativa), a indústria de papel e celulose terá um papel importante na difusão ambientalista. As empresas já têm 1,5 milhões de hectares de plantações privadas de madeira e vão investir R\$ 13 bilhões para expandi-las até 3 milhões de hectares (uma área maior do que a do Estado de Alagoas!) e dobrar a produção para 24 milhões de toneladas. Papel e celulose são o quinto item da pauta de exportações, depois de ferro, café, soja e calçados; 85% da produção é exportada. São 268 fábricas e 150 mil empregos diretos. Por causa da importação do Norte da Europa, que exige cada vez mais critérios ambientais de produção, como aqueles credenciados pelo Selo Verde da União Européia, as grandes indústrias nacionais estão forçadas a se modernizar. O processo kraft, que usa cloro gasoso, soda e dióxido de cloro não-degradáveis para embranquecer papel será substituído pelos processos ECF (Livre de Cloro Elementar) e TCF (Totalmente Livre de Cloro). O Brasil pode até continuar a produzir e a consumir kraft e exportar linhas de ECF ou TCF. Mas os padrões de qualidade internacional já estão dados, não têm volta e afetam a cultura de produção.

Por causa da pressão ambiental, as empresas do setor esmeram-se com ISOs 9.000 e 14.000, discursos bem intencionados e maquiagem ambiental, promovendo lobbies progressistas como o Forest Stewardship Council e animando o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável. E odeiam que se aponte os desmatamentos contínuos que promoveram em São Paulo, Espírito Santo, Bahia e Minas.

Achar contradição no capitalismo brasileiro é mais fácil do que buraco em queijo. Importante é perceber o sentido da sua reprodução, explorar possibilidades e cobrar critérios. As vantagens ambientais sustentam a competitividade nacional no setor, com água e energia elétrica abundantes, terra a preço baixo e imensas "atrasos fixos" de plantações onde o manejo sustentável está dominado. Enquanto as modestas plantações européias estão sujeitas a ciclos de crescimento de 40 anos, o sol tropical oferece ciclos de 15 anos para o pinheiro e de sete para o eucalipto. Se o país é abençoado por Deus e bonito por natureza, é sobretudo para a indústria do papel.

Dificuldades conjunturais não ameaçam essas grandes vantagens. Na verdade, as empresas brasileiras vêm aí com tudo, com uma expansão nunca vista, transferindo-se para a Amazônia, depois dos erros e lições do Jari, em programas como Pólos Florestais da Amazônia Oriental, que projeta 180 mil hectares de plantações e dez fábricas na região de Carajás (das quais a Celmar é a primeira). O Brasil vai inundar o mundo de papel e celulose. Enganam-se os que acham que isso é um destino subalterno na "divisão internacional do trabalho" - suposição que projeta o ressentimento à luxúria. Estados Unidos, Canadá, Suécia, Finlândia não estão exportando impactos ambientais. Muito menos o Chile. Eles querem é que o Brasil não produza nada. E não ameaça os lucros deles. Trata-se, sim, de chance e oportunidade. Cabe saber explorá-las. ☐

Audiência pública em Imperatriz reprovou Rima da Celmar

Mais uma pedra no sapato da indústria nacional de papel e celulose: em audiência pública realizada na cidade de Imperatriz, Maranhão, foi reprovado o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) da Celmar, cuja entrada em funcionamento está prevista para o ano de 2002. Diante da falta de planta industrial que detalhe localização, extensão e capacidade do parque industrial, a Promotora decidiu reverter a decisão final ao Conselho Estadual de Meio Ambiente, que deve se reunir nos primeiros dias de agosto para avaliar o documento. A Promotora também quer que sejam realizadas audiências públicas em Açailândia e João Lisboa, os dois municípios mais afetados pela implantação da fábrica. O Sindicato dos Trabalhadores das duas cidades e de Imperatriz e entidades de apoio aos índios anunciaram decisão de entrar com representação jurídica exigindo o estrito cumprimento das normas ambientais, que não foram contempladas no Rima da Celmar.

Depois de dois anos de preços altos e lucros sem precedentes, a festa parece querer acabar em papel picado. Outro gigante do setor, a Champion Papel e Celulose, subsidiária da norte-americana Champion International Co., está investindo em duas novas fábricas no Amapá e no Mato Grosso, com o plantio de uma área de cem mil hectares de eucalipto em Tartarugalzinho, município distante 150 quilômetros de Macapá, e apresentou falhas no seu EIA/Rima. Segundo Sandro Gallazzi, coordenador da Comissão Pastoral da Terra/

Amapá e membro do Fórum da Sociedade Civil do Amapá, "uma longa parte do EIA foi copiado ao pé da letra do projeto apresentado pela Champion, o que prova que a empresa STPC, responsável pelo Estudo de Impacto Ambiental, não teve a postura isenta que a legislação exige". Gallazzi afirmou ainda que o documento apresentado "não passa de uma carta de intenções". Faltam todos os detalhes a respeito das áreas onde serão plantadas as florestas de eucalipto e não foram sequer estudadas medidas efetivas para evitar a extinção de 20 espécies animais que povoam o cerrado.

Além da pressão da sociedade civil para fazer cumprir a legislação ambiental, outros fatores vêm comprometendo o desempenho do setor. Os economistas constataram uma vertiginosa queda do preço médio (FOB) da tonelada de celulose, que passou de US\$ 882, no último trimestre de 1995, para US\$ 542 neste primeiro trimestre, prejudicando a receita global das empresas de papel e celulose. A Aracruz Celulose, maior produtora mundial de celulose de fibra curta e única companhia brasileira com ações registradas em Nova York, registrou queda de 24,6% no seu faturamento líquido - R\$ 130 milhões neste primeiro trimestre contra R\$ 162 milhões em igual período de 1995. Os executivos da empresa creditam estes resultados ao "desaquecimento do mercado de celulose, que teve queda de 62% nos preços".

No mercado internacional, o recuo da demanda interrompeu um surto de alta

dos preços. Especialistas justificam a retração em consequência da ação especulativa dos distribuidores de papel, que estocaram celulose na expectativa de aproveitar o bom desempenho econômico do produto.

O mercado interno, que consome 15% da produção anual de dois milhões de toneladas de celulose, manteve uma demanda oscilante no ano passado e registrou redução de 30% nos pedidos em carteira, depois de um frenético ritmo de compras de celulose ao longo do primeiro semestre de 1995.

Embora não haja consenso dos analistas quanto à duração da crise - alguns projetam uma retomada dos negócios a partir do segundo semestre deste ano; outros avaliam que as cotações do produto continuarão em baixa -, existe concordância em relação a uma suave desaceleração de preços.

MODERNIZAÇÃO

Neste contexto, a estratégia de expansão passou a exigir a adoção de programas de modernização - e novas fábricas. Em dezembro, a Cenibra - Celulose Nipônica Brasileira, associação da CVRD à Japan Brazil Paper and Pulp Resources, colocou em operação, em caráter experimental, as máquinas de sua segunda fábrica de celulose em Belo Oriente, Minas Gerais, um projeto no valor de US\$ 727 milhões. A Champion está investindo no Amapá e no Mato Grosso do Sul, onde possui, perto do rio Paraná, 82 mil hectares - mais da metade já plantada com eucalipto. No Amapá, aplicou US\$ 120 mi-

lhões para implantar uma indústria de cavacos de madeira. No Mato Grosso, são mais US\$ 800 milhões para produzir celulose branqueada.

Tais projetos, que vão de encontro ao programa oficial "Polo Florestal da Amazônia Oriental", idealizado no início dos anos 90 pelo governo, vão esbarrar, no entanto, em questões fundiárias não-resolvidas, em impasses ecológicos e em antagonismos sociais latentes, já que, sob o signo da globalização, verifica-se um movimento de transferência, dos países centrais para as economias oligopolizadas das "províncias periféricas", de impactos ambientais, sociais e econômicos. Segundo o censo do IBGE, é nesta região de explosivos conflitos de terra que se concentra nada menos do que um terço do total de posseiros existentes no País.

Resulta daí a importância de os EIA/Rima serem corretamente avaliados. Questiona-se, por exemplo, como serão alcançados os 138 mil hectares necessários à implantação da Celmar, se tem havido dificuldade na obtenção de novas áreas e se o mercado de terras ainda não foi formalmente reestruturado. Ou: como resolver o problema de concentração fundiária para fins industriais em regiões como o Maranhão, única unidade da Federação onde, segundo o Censo Demográfico de 1991, prevalece a "propriedade latifundiária" com densidade de ocupação camponesa - 2.957.832 habitantes rurais contra 1.972.471 habitantes nas cidades? □

Dados extraídos de trabalho apresentado durante a audiência pública pelo antropólogo Alfredo Wagner de Almeida.

Pesquisadores refazem roteiro de Carlos Chagas para constatar que nada mudou

Pesquisar e documentar com textos, fotos, áudio e vídeo as condições de vida e de saúde das populações amazônicas, comparando-as com as registradas há mais de 80 anos pela histórica expedição chefiada pelo cientista Carlos Chagas, é o objetivo de uma equipe de cientistas da Fiocruz que trabalha na Amazônia desde 1991. Eles já chegaram a uma conclusão: pouca coisa mudou.

Seis pesquisadores da Fiocruz refizeram a viagem pelos rios Solimões, Juruá e Tarauacá, verificando a permanência das doenças anotadas por Chagas em 1912 - malária, leishmaniose e hanseníase - e a existência de novas moléstias, como a hepatite, extremamente letal na região. Os resquícios da atividade seringueira, hoje insustentável economicamente, e a ausência de alternativas configuraram um quadro de abandono no rio Juruá, agravado como sempre pela precariedade da assistência médica. Já o trecho percorrido do rio Solimões tem cidades maiores e um desenvolvimento histórico distinto, embora a situação sanitária também seja precária.

Desta expedição resultaram, além da documentação produzida, textos, exposições fotográficas e o vídeo-documentário "Chagas na Amazônia", apresentado em rede nacional pela TVE e pelo Canal Saúde.

No ano passado, oito profissionais da Fiocruz - em conjunto com pesquisadores do Instituto de Medicina Tropical de Manaus, da Universidade do Amazonas, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e do Museu Goeldi - viajaram pelos rios Negro e Branco, agora com



Cientistas da Fiocruz reproduzem o mesmo cenário...

uma perspectiva multidisciplinar, buscando apreender as relações históricas entre a biodiversidade e o universo da saúde humana. Verificaram também a permanência das principais doenças anotadas por Carlos Chagas - verminoses e malária - em um perigoso quadro de urbanização. Além disso, as populações indígenas estavam sendo atingidas pela tuberculose e pela oncocercose.

As mudanças econômicas também alteraram os sítios populacionais, que se constituíam em função do tipo de atividade extrativa. As rodovias mudaram os eixos já constituídos, trazendo consigo doenças transmissíveis. Após um período de declínio populacional, Manaus inchou a ponto de concentrar mais de três quartos da população do Amazonas, sem a infra-estrutura urbana necessária. Além da malária, da leishmaniose e da hanseníase, entre os principais problemas de saúde pública da capital figura a morte por acidente automobilístico.

A documentação em vídeo, as fotografias, os depoimentos orais e os textos estão

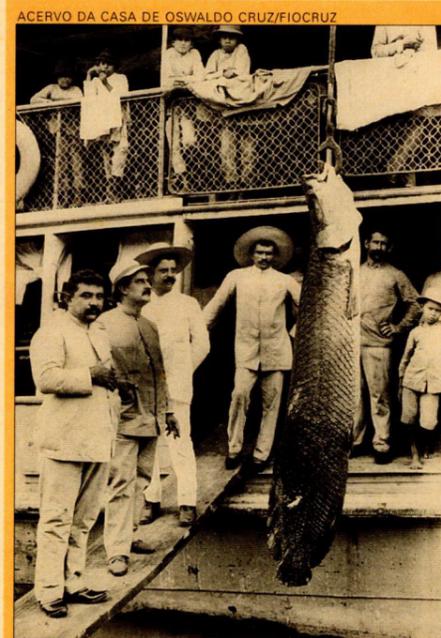
sendo organizados e brevemente estarão disponíveis para consulta. Preparam-se um vídeo-documentário e uma exposição. Para o final do ano está prevista nova visita aos rios Purus e Acre, para completar a análise histórico-comparativa de todas as regiões visitadas por Carlos Chagas no início do século. □

Eduardo V. Thielen é historiador e pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz.

PESQUISADOR REALIZOU EXPEDIÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO

Em fins de 1912, chegava a Manaus uma comissão do Instituto Oswaldo Cruz chefiada por Carlos Chagas. Objetivo: determinar as condições médico-sanitárias de parte do vale do Amazonas e estabelecer as bases da profilaxia na região. A expedição foi contratada pela Superintendência de Defesa da Borracha, que estava preocupada com o declínio da economia amazônica, totalmente vinculada a esta atividade extrativa. Chagas realizou três grandes incursões pelos rios Solimões e Juruá, Negro e Branco, Purus e Acre. Em seu diagnóstico, o cientista percebeu que as doenças eram o principal entrave às atividades econômicas da região e que a principal delas, a alta incidência e letalidade da malária, chegava a matar mais da metade da população de algumas localidades visitadas. Especialista na doença, Chagas anotou patologias desconhecidas e propôs um plano de combate ao paludismo, que compreendia a construção de hospitais nos lugares mais populosos, o equipamento de lanchas-ambulância e a implantação de postos de quinização em algumas vilas.

Desta viagem realizada há mais de 80 anos sobrou o relatório de Oswaldo Cruz ao ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, além de mais de 300 fotografias, que foram recuperadas e organizadas pela Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, responsável também pela publicação de uma seleção dessas imagens no álbum "A Ciência a Caminho da Roça". Elas retratam não apenas a modernidade de Manaus, mas também as paisagens ribeirinhas da floresta amazônica, as localidades visitadas, seus habitantes e as doenças que contraíam.



... de há cem anos atrás: peixe no anzol.

O Instituto Socioambiental é uma instituição civil, sem fins lucrativos, fundada para propor soluções integradas a questões sociais e ambientais. Seu objetivo é defender bens e direitos sociais relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural e aos direitos humanos e dos povos. Qualquer pessoa que se identifique com esses propósitos pode tornar-se Sócio Colaborador do Instituto. Maiores informações, escreva para um dos endereços abaixo.

Conselho Diretor

Carlos Frederico Marés de Souza Filho (*presidente*),
Eduardo Viveiros de Castro,
Enrique Svirsky, Minka
Bojadsen Capobianco e Neide
Esterci

Secretários-Executivos

Carlos Alberto Ricardo
João Paulo Capobianco
Márcio Santilli (adjunto)



INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

Av. Higienópolis, 901
01238-001 São Paulo - SP
tel: 55 11 825-5544
fax: 55 11 825-7861
internet:socioamb@ax.apc.org
SCLN 210, bloco C, sala 101
70862-530 Brasília - DF
tel: 55 61 349-5114
fax: 55 61 274-7608
internet:dfsocioamb@ax.apc.org

**GRITO DA TERRA.
E DOS POBRES DA TERRA****CARLOS BRANDÃO**

Mesmo entre os teólogos da libertação, dentre os quais Leonardo Boff é expoente fundador e central, o imperativo social da justiça, em nome dos pobres e dos excluídos, não costumava falar em favor dos cenários de suas vidas, a não ser quando tratava de suas próprias misérias.

Assim, se as desigualdades econômicas dos cenários rurais clamavam por uma reforma agrária, não raro exigida em termos radicais, a dimensão ambiental desta questão permanecia como um cenário a distância. Afinal, o drama cotidiano dos homens era tão desesperado que o efeito de suas ações para algo além deles mesmos era tido como irrelevante.

Claro, diante de outras teologias e diferentes maneiras de pensar, propagar e viver a fé cristã, a Teologia da Libertação já representa um avanço considerável. O trabalho atual de Boff é uma de suas afortunadas evidências. Ele trouxe a questão das relações dos homens entre si e com a divindade para o cenário mais terreno possível. A Terra deixou de ser um efêmero lugar de "provação" e passou a ser o cenário de uma comunitária e tão universal quanto possível reconstrução do reino de Deus. Há um lugar onde todos devem viver uma vida plena e ser plenamente felizes? Sim. É aqui e, se possível, agora.

Esta maneira de pensar como um cristão propõe uma ruptura definitiva com a perversa tradição mantida desde algumas primitivas interpretações de Cristo e Paulo até hoje. Pois no imaginário cristão tradicional, além de ser uma criação decaída pelo pecado, um lugar de sofrimento e áspera vocação ao trabalho produtivo, a Terra e a terra eram o reino absoluto da vontade dos homens. A eles cabia não apenas povoar e dominar "toda a Terra", mas exercer sobre todos e sobre cada ser vivo a ação de suas necessidades exclusivas, de seus interesses e vocação de transformar o mundo natural, selvagem e não cristianizado num mundo no qual verdes pastos substituíssem as florestas e outros resquícios de uma obra divina deixada aos homens por terminar.

Mais do que um transitório dom de Deus aos homens e a eles apenas, a Terra é boa e deve ser para sempre. Viver plenamente a vida e vivê-la em abundância, tal como preconizado e prometido no Evangelho, significa responder pela qualidade total da vida, e não pela qualidade global de vidas. De um lado, eis o reconhecimento, presente como uma das idéias nucleares (no bom sentido da palavra) de *Ecologia - Grito da Terra, Grito dos Pobres*, de que o desparecimento justo e necessário das desigualdades entre povos e regiões do planeta tem a ver com uma completa revisão das atitudes sociais em relação ao meio ambiente - em particular as comandadas pela lógica do capital. Pois a justiça para com todos começa pela justificação da Terra e dos seres vivos.

É preciso recriar a idéia de uma Terra de todas as terras, pátria natural e mãe comum. É urgente fa-

zer a crítica dos efeitos das relações perversas entre os seres humanos e ela, reflexo e efeito das perversões históricas das trocas entre os próprios seres humanos. É indispensável re-ligar sentidos e significados entre uma dimensão e outra, e tomar consciência de que a mesma justiça social exigida antes estende-se agora a um cenário de trocas.

Também é importante tornar cristã a idéia de que um reencantamento do mundo natural vai além de um significado ainda pan-utilitário: "Lidemos com a Terra de uma maneira menos degradante, para que ela nos devolva, melhor e por mais tempo, aquilo de que necessitamos para viver bem... sobre ela".

Não! O princípio ativo sugerido por Boff é que há na vida, em todas as suas dimensões, uma dignidade em si, que nos obriga, como esfera consciente de si mesma, a uma co-responsabilidade absoluta para com tudo que é vivo.

Esta não é a primeira obra escrita por Boff em sua nova condição de pessoa e de autor. Antes, e pela mesma coleção *Religião e Cidadania*, da Ática, publicou *Ecologia - Mundialização - Espiritualidade e Nova Era: a Civilização Planetária*. O leitor exigente poderá se queixar da sensação de que "já vi este filme antes". Há uma razão para isto: trata-se de depurar um mesmo conjunto essencial de antigas, revisitadas e novas idéias a partir, e não apenas de dentro, do pensamento cristão. Trata-se, também, de alargar para o leitor cristão as fronteiras da sua própria fé e de seus conhecimentos, com base numa teologia que tem a alma ainda no céu, mas os pés e o coração aqui, na Terra. Pois, afinal, tudo é o mesmo todo. Trata-se, por fim, de propor aos não-cristãos um alargamento do diálogo. Até aqui, a associação entre os direitos sociais e a sua extensão aos direitos da natureza tem sido uma questão difícil para os cristãos. Uma pedra no caminho do diálogo entre eles e representantes de outras religiões, para quem as responsabilidades humanas para com os seres e cenários da vida sempre estiveram à frente das teologias católicas, ortodoxas e evangélicas. *Ecologia - Grito da Terra, Grito dos Pobres* é um bem-sucedido esforço nesta direção. ■

Carlos Brandão é professor da Unicamp.

Agenda

- Curso de Planejamento Ambiental em Regiões Litorâneas. São Paulo, SP. De 5 a 16/8. Organizado pela Cetesb.
- Forest 96 - 4º Simpósio Internacional sobre Ecossistemas Florestais. Belo Horizonte, MG. De 13 a 16/8.
- Audiências públicas para debater o projeto de lei da senadora Marina Silva (PT-AC), que regulamenta o controle de acesso aos recursos genéticos no País. São Paulo, SP - 19/8; Manaus, AM - 26/8; Brasília, DF - 11/9.